Comunicado
Balanço Patrimonial - Hospital de Base de Bauru - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
CNPJ/MF 46.230.439/0001-01
HOSPITAL DE BASE BAURU – HBB
CNPJ/MF 46.230.439/0013-45

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Conselheiros e Administradores da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP –** HOSPITAL DE BASE BAURU. Bauru – SP. **OPINIÃO**: Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP –** referente ao contrato de gestão do **HOSPITAL DE BASE BAURU,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP –** referente ao contrato de gestão do **HOSPITAL DE BASE BAURU** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos. **BASE PARA OPINIÃO:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL:** Conforme a nota explicativa nº 1, as demonstrações financeiras da Entidade apresentam passivo a descoberto no montante de R$ 25.094.952,96, com situação patrimonial e financeira que requer forte gestão administrativa. Este fator é um indicativo de que a continuidade normal das operações da Entidade depende do êxito das medidas que estão sendo tomadas pela Administração. Neste sentido, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas em regime normal de operações, não incluindo qualquer ajuste em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto. **ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP**, usufrui de benefícios relativos às imunidades previdenciárias – cota patronal, devido ao certificado emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 17/10/2003 com validade até 16/10/2006 por meio do processo nº 44006.001116/2002-51. Tendo sido renovado através do processo nº 71010.001738/2006-17 com validade até 16/10/2009. Devido a alteração da Lei nº 12.101/2009 o certificado passou a ser emitido pelo Ministério da Saúde. Em 20/11/2017 através da Portaria nº1759 publicada no DOU em 01/12/2017, foi deferido o certificado com validade de 17/10/2009 a 16/10/2012. Foi protocolado em 26/06/2012 requerimento de renovação cujo processo está registrado sob o nº 25000.108508/2012-28 com validade de 17/10/2012 a 16/10/2015, O requerimento encontra-se em análise junto ao Ministério da Saúde. A entidade protocolou novo requerimento de renovação do certificado de filantropia em 09/09/2015 conforme processo nº 25000.147161/2015-81, válido para o período de 17/10/2015 a 16/10/2018 que, da mesma forma como o anterior, encontra-se pendente de análise. Conforme manifestação da assessoria jurídica da entidade, são boas as possibilidades de êxito para emissão do certificado em relação aos períodos não conclusos. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.
OUTROS ASSUNTOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Leitura das demonstrações financeiras: Conforme mencionado na nota explicativa n°1, o **HOSPITAL DE BASE BAURU** não possui personalidade jurídica própria, visto que a FAMESP é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da FAMESP. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: -Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; -Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; -Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; -Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2018.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves Lira
CT CRC Nº SP222941/O-8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em Reais)
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais)

	Notas	2017	2016
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.143.762,74	166.396,01
Estoques	4	1.490.224,85	1.433.376,41
Contas Correntes	10	235.338,15	566.873,77
Adiantamentos Diversos		2.810,52	-
Total do Ativo Circulante		**2.872.136,26**	**2.166.646,19**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais		319.282,43	225.921,63
Imobilizado	5	3.887.635,96	4.188.392,42
Intangível	6	4.890,00	10.422,84
Total do Ativo Não Circulante		**4.211.808,39**	**4.424.736,89**
TOTAL DO ATIVO		**7.083.944,65**	**6.591.383,08**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais)

	Notas	2017	2016
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.897.603,00	4.836.361,80
Salários a Pagar		2.630.581,04	2.501.790,62
Provisão de Férias e Encargos	3.e	5.408.414,84	5.182.054,64
Impostos e Contribuições a Recolher	7	1.730.704,82	1.651.928,71
Contas a Pagar		248.711,75	206.134,89
Contas Correntes	10	7.165.084,08	9.756.020,68
Total do Passivo Circulante		**22.081.099,53**	**24.134.291,34**
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências	8	6.327.893,90	3.248.534,41
Repasses para Investimento	3.i	3.769.904,18	4.107.246,40
Total do Passivo Não Circulante		**10.097.798,08**	**7.355.780,81**
PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Variação Patrimonial		(25.094.952,96)	(24.898.689,07)
Total do Patrimônio Social (Passivo a descoberto)		**(25.094.952,96)**	**(24.898.689,07)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)		**7.083.944,65**	**6.591.383,08**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais)

	2017	2016
Receitas		
Parcelas e Contrato de Gestão	102.536.760,00	95.700.342,02
Repasse Eventual Programas Especiais	337.342,22	322.734,20
Outras Receitas	238.786,32	245.877,24
	103.112.888,54	**96.268.953,46**
Despesas		
Com Pessoal	(60.399.436,62)	(58.720.049,77)
Com Medicamentos	(18.587.146,24)	(18.774.462,44)
Administrativas	(21.300.374,60)	(20.622.679,74)
	(100.286.957,46)	**(98.117.191,95)**
Resultado Operacional	2.825.931,08	(1.848.238,49)
Receitas Financeiras Líquida	111.806,04	119.745,46
Provisão Para Contingências	(3.134.001,01)	(1.690.246,41)
Déficit do Exercício	**(196.263,89)**	**(3.418.739,44)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais)

	2017	2016
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**(196.263,89)**	**(3.418.739,44)**
Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(196.263,89)**	**(3.418.739,44)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais)

	Variação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	**(21.479.949,63)**	**(21.479.949,63)**
Déficit do Exercício	(3.418.739,44)	(3.418.739,44)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**(24.898.689,07)**	**(24.898.689,07)**
Déficit do Exercício	(196.263,89)	(196.263,89)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**(25.094.952,96)**	**(25.094.952,96)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	**2017**	**2016**
Déficit do Exercício	**(196.263,89)**	**(3.418.739,44)**
Itens que não afetam o Caixa:		
Depreciação	451.813,46	437.497,88
Baixa Líquida de Ativo Imobilizado		-
Aumento Provisão para Contingência	3.079.359,49	1.690.246,41
Amortização de Repasses para Investimento	(337.342,22)	(322.734,20)
Resultado antes das mudanças no capital de giro	2.997.566,84	(1.613.729,35)
Ativos:		
(Aumento) Redução em Estoques	(56.848,44)	(507,42)
(Aumento) Redução em Contas a Receber		-
(Aumento) Contas Correntes – Ativo	331.535,62	(103.346,46)
(Aumento) Depósitos Judiciais – Ativo	(93.360,80)	(72.125,38)
(Aumento) Redução dos Adiantamentos	(2.810,52)	27.714,73
Passivos:		
Aumento (Redução) nos Conta Correntes – Passivo	(2.590.936,60)	6.941.875,24
Aumento (Redução) em Fornecedores	61.241,20	(5.430.439,42)
Aumento (Redução) das Obrigações com Funcionários	355.150,62	368.701,01
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	42.576,86	11.535,44
Aumento (Redução) de Impostos e Obrig. Sociais a Pagar	78.776,11	212.605,74
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**1.122.890,89**	**342.284,13**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(145.524,16)	(187.194,67)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(145.524,16)**	**(187.194,67)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**977.366,73**	**155.089,46**
Caixa e Equivalentes de Caixa no começo do exercício	**166.396,01**	**11.306,55**
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício	**1.143.762,74**	**166.396,01**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS: O **HOSPITAL DE BASE BAURU,** iniciou suas atividades em 01 de janeiro de 2013 e tem como objeto contribuir com a Entidade, desenvolvendo a saúde, prestando assistência médico-hospitalar, conforme princípios definidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo a promoção, proteção, prevenção e educação para a saúde e fomentando a pesquisa e ao desenvolvimento cientifico aplicado à saúde. A **Fundação Para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP**, entidade sem fins lucrativos, de acordo com a ata da 4.ª Reunião Extraordinária do seu Conselho de Administração, realizada em 06 de dezembro de 2012, assumiu a gestão do Convênio de Parceria de Gestão de Serviços Públicos de Saúde, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a FAMESP – publicado no DOE de 20/12/2012 - para a administração dos serviços de saúde do HOSPITAL DE BASE BAURU, sendo de sua exclusiva responsabilidade a aquisição de material de consumo, medicamentos, equipamentos médico-hospitalares e contratação de pessoal, administrando os recursos enviados pela Secretaria da Saúde. O convênio se encerrou em 14/12/2017. Na data de 14/12/2017 foi renovado o Convênio de Parceria – Processo nº 001.0500.000059/2017, para a administração dos serviços de saúde do HOSPITAL DE BASE BAURU, sendo válido por 5 anos a iniciar da data de sua assinatura. Em 2017 a FAMESP - Hospital de Base Bauru apresentou passivo a descoberto no montante de R$ 25.094.952,96. A administração esta atuando fortemente na redução dos custos hospitalares deste contrato, além de discutir junto à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a adequação dos repasses aos custos

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 3 de abril de 2018 às 01:59:53.

continuação

necessários para atendimento da demanda atual de pacientes, bem como, para a cobertura dos custos já incorridos em períodos anteriores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002/12 – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **a. Base de preparação: a. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **c.Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **d. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. Ativo Circulante - O ativo circulante é demonstrado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **b. Caixa e equivalentes de caixa -** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **c. Imobilizado -** Conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, o imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear durante a vida útil econômica dos bens, contabilizados no resultado do exercício. A Administração analisou as taxas de depreciação em uso e entendeu que as mesmas estão apropriadas em relação aos níveis de utilização dos ativos. **d. Intangível -** Conforme demonstrado na nota explicativa n° 6, o Intangível está contabilizado pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os softwares utilizados pela Entidade são amortizados durante o período de cinco anos. **e. Provisão de Férias -** Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. **f. Imposto de Renda e Contribuição Social -** O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada no artigo 150, inciso VI, letra "C" da Constituição Federal de 1988. **g. Passivo Circulante -** O passivo circulante é demonstrado pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável. **h. Apuração do Resultado -** Adota-se o regime de competência mensal para a contabilização das despesas e das receitas do exercício. **i. Repasse para Investimentos -** Refere-se ao reconhecimento de repasses/subvenções destinadas a aquisição de ativos imobilizados, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que toda subvenção destinada a investimento será registrada em passivo não circulante e amortizado de acordo com depreciação ou amortização dos ativos adquiridos com estes recursos.

4. ESTOQUES

	2017	2016
Medicamentos	353.030,00	413.554,57
Material médico hospitalar	773.813,13	632.103,70
Outros materiais de consumo hospitalar	30.650,69	70.389,58
Almoxarifado	332.731,03	317.328,56
	1.490.224,85	**1.433.376,41**

5. IMOBILIZADO

CUSTO AQUISIÇÃO	2016	Adições	Transf.	2017
Equipamento de CPD	573.401,35			573.401,35
Móveis e Utensílios	825.084,43	91.927,03	3.780,00	920.791,46
Móveis e Utensílios – Hospitalares	890.156,57	17.717,13		907.873,70
Veículos	150.210,17			150.210,17
Equipamentos Hospitalares	2.923.987,78	28.820,00		2.952.807,78
Máquinas e Equipamentos	21.600,00	3.280,00		24.880,00
Imobilizações em Andamento	-	3.780,00	(3.780,00)	-
	5.384.440,30	**145.524,16**	**-**	**5.529.964,46**
(-) DEPRECIAÇÃO				
Equipamento de CPD	(311.149,05)	(108.263,14)	-	(419.412,19)
Móveis e Utensílios	(137.144,27)	(57.687,59)	-	(194.831,86)
Móveis e Utensílios – Hospitalares	(166.702,89)	(59.140,31)	-	(225.843,20)
Veículos	(43.494,52)	(18.025,32)	-	(61.519,84)
Equipamentos Hospitalares	(534.111,95)	(201.720,62)	-	(735.832,57)
Máquinas e Equipamentos	(3.445,20)	(1.443,64)	-	(4.888,84)
	(1.196.047,88)	**(446.280,62)**	**-**	**(1.642.328,50)**
	4.188.392,42	**(300.756,46)**	**-**	**3.887.635,96**

Em conformidade com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através da interpretação técnica ICPC 10, que versa sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimentos dos pronunciamentos técnicos CPCs de PME, a Fundação revisa a vida útil do ativo imobilizado do **HOSPITAL DE BASE BAURU,** para efeito de cálculo das depreciações**.** A revisão foi elaborada com base na posição do ativo imobilizado em 01 de janeiro de 2013 (data que a FAMESP passou a administrar o hospital) e consideraram os fatores e premissas elencados no item 34 da citada ICPC 10. A taxa de depreciação foi definida por classe de ativos ou individualmente, se a natureza do bem e/ou padrões de utilização diferenciados assim o exigiram, sendo a análise amparada por documentos externos, se necessário.

6. INTANGÍVEL

CUSTO AQUISIÇÃO	2016	Adições	2017
Softwares	27.943,50		27.943,50
	27.943,50		**27.943,50**
(-) DEPRECIAÇÃO			
Softwares	(17.520,66)	(5.532,84)	(23.053,50)
	(17.520,66)	**(5.532,84)**	**(23.053,50)**
	10.422,84	**(5.532,84)**	**4.890,00**

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2017	2016
F.G.T.S a Pagar	482.086,22	473.521,37
I.R.R.F serviços PJ e PF	27.914,12	30.057,64
I.S.S a Pagar	14.850,47	14.854,23
COFINS / CSLL / PIS a Pagar	92.049,49	104.106,21
I.N.S.S. sobre salários a Pagar	241.747,01	206.226,42
I.N.S.S. - PJ e PF a Pagar	23.228,06	19.912,73
Empréstimos Consignados - Desconto em Folha	183.818,37	194.698,67
I.R.R.F Folha de Pagamento	633.245,15	571.723,41
Outros Descontos Folha de Pagamento	33.369,48	32.555,61
Contribuição Sindical	(1.603,55)	4.272,42
	1.730.704,82	**1.651.928,71**

8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: Processos Trabalhistas - Ações trabalhistas movidas por ex-funcionário contra a FAMESP-HB pleiteando a reintegração ao trabalho, pagamento dos salários vencidos e vincendos, horas extras e reflexos. Foram ajuizadas ações pleiteando indenizações por danos morais e materiais e ações de anulação de processos seletivos, além de mandato de segurança visando a garantia de direito em participação em processos de registros de preços. De acordo com a opinião de assessores jurídicos da Entidade, para suportar o risco envolvido, foi constituída uma provisão de R$ 6.327.893,90.

9. RESSARCIMENTO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO FAMESP: Em 11/12/2012 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Resolução SS nº 116, de 10/12/2012, que dispõe sobre a proibição de retenção de valores dos repasses financeiros destinados a convênios e contratos de gestão celebrados no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a título de taxa de administração. Contudo, o mesmo documento legal, autoriza o ressarcimento da despesa operacional, através de rateio, na hipótese de concentração pela Organização Social de Saúde, de parte dos serviços gerenciais em suporte técnico direto à Administração, vinculado ao contrato de gestão. Desta forma, buscando se adequar à nova realidade, a FAMESP passou a ratear suas despesas, repassando proporcionalmente este valor a cada unidade por ela administrada, utilizando-se como critério de rateio, o valor repassado pela Secretaria de Saúde. Em 2017 o repasse do Hospital de Base de Bauru representou o montante de R$ 1.664.217,84, estando classificado dentro de despesas administrativas.

10. CONTAS CORRENTES: Os valores demonstrados a seguir se referem à prestação de serviços administrativos e assistenciais realizados entre as filiais FAMESP.

Contas Correntes Ativas	2017	2016
HEB	187.668,27	310.646,22
HEMA	-	60.637,30
MSI	13.218,56	107.009,25
AME BAURU	4.384,76	21.424,69
AME ITAPETININGA	4.799,42	14.726,92
AME OURINHOS	-	17.255,70
AME TUPA	6.220,54	19.457,06
FAMESP	19.046,60	15.716,63
Total	**235.338,15**	**566.873,77**
Contas Correntes Passivas	**2017**	**2016**
FAMESP – OS	134.475,53	305.708,47
HEB	215.356,26	395.361,63
HEMA	-	5.995,78
MSI	3.243,98	4.631,61
AME BAURU	11.625,10	23.939,98
FAMESP – OS – Aportes financeiros **(a)**	6.800.383,21	9.020.383,21
Total	**7.165.084,08**	**9.756.020,68**

(a) CONTAS CORRENTES – Aportes Financeiros: Durante os exercícios de 2015 e 2016, a FAMESP, na qualidade de gestora do convênio, realizou aportes financeiros que foram necessários para dar suporte às despesas com Pessoal e Custeio da referida unidade de atendimento à saúde.

11. ISENÇÕES USUFRUÍDAS: Em atendimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e a ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2015, são objeto de renúncia fiscal em razão da imunidade tributária preconizada no art. 150, inciso VI letra "C" e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988 os seguintes tributos em 2017: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre Lucro Líquido; PIS sobre Faturamento; COFINS sobre Faturamento; Imposto sobre Operações Financeiras; Cota Patronal INSS - Folha de Pagamento; Cota Patronal INSS – Prestadores Serviço PF; PIS – Folha de Pagamento; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. A **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP**, usufrui de benefícios relativos às imunidades previdenciárias – cota patronal, devido ao certificado emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 17/10/2003 com validade até 16/10/2006 por meio do processo nº 44006.001116/2002-51. Tendo sido renovado através do processo nº 71010.001738/2006-17 com validade até 16/10/2009. Devido a alteração da Lei nº 12.101/2009 o certificado passou a ser emitido pelo Ministério da Saúde. Em 20/11/2017 através da Portaria nº1759 publicada no DOU em 01/12/2017, foi deferido o certificado com validade de 17/10/2009 a 16/10/2012. Foi protocolado tempestivamente em 26/06/2012, requerimento de renovação cujo processo está registrado sob o nº 25000.108508/2012-28 com validade de 17/10/2012 a 16/10/2015, tal pedido encontra-se em análise junto ao Ministério da Saúde. A entidade protocolou novo requerimento de renovação do certificado de filantropia em 09/09/2015 conforme processo nº 25000.147161/2015-81, válido para o período de 17/10/2015 a 16/10/2018, o qual da mesma forma como o anterior, encontra-se pendente de análise.

12. COMPROMISSOS: No encerramento do exercício de 2017, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requereriam divulgação nas demonstrações financeiras.

Botucatu, 31 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO RUGOLO JR.
DIRETOR PRESIDENTE

ALEXANDRE LUIZ ORLATO
CONTADOR CRC nº 1SP214.522/O-6

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR
HOSPITAL DE BASE DE BAURU
CNPJ: 46.230.439/0013-45

CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PROCESSO: Nº 001.0500.000.203/2012

Relatório de Produção do Exercício de 2017

Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	14.400	11.614	-19,35
Interconsultas - Médicas	2.400	3.115	29,79
Consultas Subsequentes	38.340	35.233	-8,10
Total	**55.140**	**49.962**	**-9,39**
Não Médicos	**Contratado**	**Realizado**	**%**
Consultas Não Médicas	30.000	28.360	-5,47
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	30.000	19.820	-33.93
Total	**60.000**	**48.180**	**-19,70**
Atividade Cirúrgica	**Contratado**	**Realizado**	**%**
Cirurgia Hospital - Dia	720	281	-60,97
Cirurgias Ambulatoriais CMA	3.840	4.187	9,04
Total	**4.560**	**4.468**	**-2,02**
SADT Externo	**Contratado**	**Realizado**	**%**
Diagnóstico por Laboratório Clínico	185.328	189.820	2,42
Diagnóstico por Radiologia	0	233	0
Diagnóstico por Ultra Sonografia	4.116	3.829	-6,97
Diagnóstico por Tomografia	8.832	10.988	24,41
Diagnóstico por Endoscopia	3.000	1.962	-34,60
Diagnóstico por Medicina Nuclear in vivo	6.000	5.076	-15,40
Diagnóstico por Radiologia Intervencionista	720	446	-38,05
Métodos Diagnósticos em Especialidades	0	0	0
Procedimentos Especiais em Hemoterapia	96.000	85.732	-10,70
Total	**303.996**	**298.086**	**-1,94**
Tratamentos Clínicos	**Contratado**	**Realizado**	%
Tratamento em Nefrologia-Tratamento Dialítico	19.200	20.712	7,88
Terapias Especializadas - Litotripsia	9.000	6.508	-27,69
Total	**28.200**	**27.220**	**-3,47**
Saídas Hospitalares Por Clínica	**Contratado**	**Realizado**	%
Clínica Médica	2.832	2.864	1,13
Clínica Cirúrgica	5.640	5.793	2,71
Total	**8.472**	**8.657**	**2.18**
Urgência e Emergência	**Contratado**	**Realizado**	**%**
Consultas de Urgência	15.000	17.937	19,58
Total	**15.000**	**17.937**	**19,58**

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 3 de abril de 2018 às 01:59:52.